

los "Nós", onze "Sim" e três em "Bravo" e assim está manha do Sr. Senhor Prefeito Municipal no matéria já referendada por este Presidente. A seguir em Questão de Ordem, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros disse que desejava manifestar declaração de voto. A seguir, o Vereador Omar Campinho da Silva abriu Questão de Ordem, mas, de imediato, respondendo a Questão de Ordem do Sr. vereador Alfredo Barros, o Senhor Presidente Marcos do Rocha Mendes disse que em reunião receto não era permitido a declaração de voto. A seguir, o Senhor Presidente deu prosseguimento aos trabalhos iniciando a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 016/93, Projeto de Lei nº 044/93 e Projeto de Lei nº 045/93. Aprovados os Requerimentos nº 134/93 e 135/93. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Obras e Serviços Públicos e encaminhados a Comissão de Redação Final o Projeto de Lei nº 028/93 e o Projeto de Resolução nº 010/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores que quizessem fazer uso para a Explicação Pessoal. Fez uso da Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Eduardo da Silva Brito, disse que não poderia deixar de elogiar o despojamento e elevado espírito Público do Vereador Milton Roberto, no episódio conhecido de todos, que culminou com o seu afastamento por não concordar com algumas posturas do Executivo com relação a Questão salarial dos funcionários, com destaque ao Sindicato no que encenou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso do Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para encerrar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação final, aprovada, será assinada para que produza os seus efeitos legais.

Ata do 11mo Sessão Ordinária do
 Supremo Poder Legislativo do Câmu-
 no Municipal de Cabo Frio, realizada
 no dia 26 de agosto do ano de 1993
 mil novecentos e noventa e três.

Aos dezesseis horas do dia 26 de agosto do ano de 1993, sob

Mi
a Presidência do Vereador Carlos do Rocha Mendes, e com a ocupação do Sr.
Mário Secretário pelo Vereador Orlindo Pereira da Silva, renomei Vid. novamente
a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regi-
mental os seguintes Vereadores: Adolpho Pinto de Andrade, Alfredo Louz do Rio
Pinto Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Pereira de Lencas,
Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, Eduardo Antônio Vilela, Ivan Louz de Araújo, Jo-
ão Oscar Elias, Joaquim Schwindt, Louz Antônio de Melo Cabos, Orlando da Silva
Pereira, Vomar Sampaio da Silva, e Silas Rodrigues Pinto. Havendo número re-
gimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus.
Não havendo ato concluído para ser lido, o Senhor Presidente após o
cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a le-
tura do Expediente que consta do seguinte: Projeto de Lei nº 046/93 de autoria
do Vereador Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, assunto: Denominação Estrada
José Gonçalves o Caminho de Jurema em o início na Estrada Cabo Frio/
Búzios, e término na Praia de José Gonçalves - 3º Distrito.; Projeto
nº 176/93 de autoria do Vereador Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, assunto:
Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal "Permissão de Intero Jor" do Po-
lício de Licenciamento de Projeto Imobiliário localizada na Ilha dos Ratos
- Porto do Leme; Indicação nº 196/93 de autoria do Vereador Orlando da Silva
Pereira, assunto: Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal cinquenta marilhas
para a Rua C, 25 - Eldorado II - Jardim Esperança. Terminada a leitura do Expe-
diente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado ao uso da
tribuna aos Vereadores inscritos em livro próprio. Como único orador inscrito, ocupou
a tribuna o Vereador Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, abordando a manutenção
dos Votos do Prefeito as Emendas do Regulativo aprovadas ao Projeto de Lei de
regime salarial, observando que quem defendia as Emendas contra o Voto do Prefe-
ito, não esperava no resultado um resultado diferente, visto a força do Expedien-
te para debitar o legislativo. Continuando, disse ter chamado sua atenção a
manifestação preliminar de Assessoria do Prefeito, de Secretários de Sub-Secretários
e que inclusive haviam comparecido nos bares, como se a manutenção dos
Votos fosse uma grande vitória do Prefeito. Disse que a dúvida com relação aos
Votos fora até normal, ou seja, não era nem mesmo uma divergência, mas considerou
para vitória a participação do vereador Municipal na Câmara, defendendo com
sua mobilização não apenas os salários, mas defender sua participação na

discussão do político nacional, o que mostrou um emoducamento, também a
diferença. Uma que o funcionário não ia para as ruas apenas para receber
salários, mas se mobilizava para resolver de forma abrangente todas as questões
de interesse coletivo. Outra requir, que imolava fora a participação de Executivos
com os Assesores indo para as ruas, desistindo, seguindo bandos nas barras
pela cidade, no caso mais demonstração de força, talvez, ou, uma "queda de braço"
mas fundamentalmente em sua opinião uma idiotice e uma imbecilidade. A-
re que tais assessores, ou, pessoas ligadas ao Defeto, não entendiam a situação
dos funcionários que deviam estar chorando por terem sido duramente, mas,
não entendiam que os dias que se seguiriam dariam uma resposta, e que a
resposta não seria dada por Vereadores, mas pelo povo nas ruas, e assim o
Vereador do PSB encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para
o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem
do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Encaminhado a
Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 046/93, de autoria do Vereador
Carlos Roberto Lequero dos Santos, denominando Estrada José Gonçalves, via pú-
blica com início na Estrada São João e Bóvio e término na Praça de José
Gonçalves, 3º Distrito do Município. Após o encaminhamento do Vereador Carlos
Roberto Lequero dos Santos, o Vereador Antônio Carlos Freire da Cunha em
Ordem de Ordem disse: "Senhor Presidente, como é do conhecimento desta
Casa, todos os Projetos que venham a denominar legítimos, estão suspensos até
proximar de liberação. Entendo assim, que o Projeto de Lei nº 046/93 deve ser re-
trahido." Com a leitura de Ordem disse o Vereador Carlos Roberto Lequero dos Santos
"O Vereador Antônio Carlos Freire da Cunha lembrou muito bem. Realmente se ha-
veria solicitado que os Projetos dispõem sobre denominação de Ruas sejam sus-
tos em sua tramitação. Mas, eu acho que tais Projetos devam ser recolhidos
a Comissão de Constituição e Justiça, para que então seja encaminhada a Sireta-
ria do Povo para interpretação quanto a existência ou não de denominação
de Ruas com nomes distintos. Acho que o processo deve ser requerido imedi-
ta, e que a Comissão de Constituição e Justiça ocupe a Mesa e a Siretaria
Geral do Povo. Entretanto na direção dos trabalhos o Senhor Presidente Branco
da Cunha estendeu, manteve o encaminhamento do Projeto de Lei 046/93 para
a Comissão de Constituição e Justiça, para poder consultar a Siretaria do
Povo. O requer, encaminhado a requerimento nº 136/93, retrahido a Siretaria do Povo

7
Durante a noite do dia, o Senhor Presidente proferiu a Tribuna aos Vereadores que quizessem fazer uso para a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Osmar Sampaio do Silva, do PSD, manifestando sua alegria por ter voltado ao saudável convívio da Câmara Municipal. Disse que não havia divorciado quando reassumira, para não ser mal interpretado, o que ocorrera com aqueles que se diziam companheiros e amigos, e, haviam sido os primeiros a educarem insinuações quando do seu retorno, que era etico tanto por parte do Governo como por uma atitude pessoal. Falou do que considerava exemplo magnifico do lider do PSD, Guilherme Madalena, que havia a dignidade de pedir seu afastamento como Ministro da Saúde, quando o seu Partido discordava do Governo. Afirmou que a ética era fundamental na politica, pois todos usavam, ninguém era dono da verdade, da honestidade, ninguém era exemplo. Enfatizou ser necessário que as pessoas individuais possam ser respeitadas, cabendo ao cidadão o julgamento e a critica construtiva. Disse não aceitar quando politicos se rotulavam em eticos e corruptos e, após, atiravam pedras, sem saber de que lado estavam. Disse que mais uma vez podia afirmar que pertencia ao Governo, que estava ao lado do Governo, e que suas discordâncias quanto a administração eram colocadas de forma transparente e equilibrada, pois o objetivo comum era proporcionar ao Município uma administração publica eficaz, priorizando o interesse da coletividade e não dogmas ou doutrinas. Afirmou que se o Prefeito fosse Bonifácio durante o trabalho os caminhos das compromissos assumidos em campanha, seria o primeiro a romper com o Governo, e tomaria o caminho da oposicao, mas jamais ficaria buscando as vantagens do Governo e, "jogando para a palmeira", como dizia o farsão popular. Disse que como Vereador ou homem comum podia estar, mas jamais seria um fazendeiro, jamais seria um ministro, participando do Governo e, na Câmara fazer politica para a plateia e assim ensinar seu povo. A seguir, depois a Tribuna, em Explicação Pessoal o Vereador Alfredo Louz do Rocha Duarte, falando de sua indignação no dia anterior, quando o Ingresso Interno o impedira de declarar voto quanto a votação do Projeto de Lei do Prefeito Municipal, as fôrças do corporativismo ao Prefeito de de de respeito de salário ao funcionalismo. Disse que tal indignação o perturbava muito, e era motivo de não medir esforços para que emenda ao Ingresso, formulada pelo Vereador Pinto da Queira, pela extinção do voto

secreto fosse conhecida. Disse que tal instrumento manipulava o contato do público, que incluía e presenciava. Adiante, disse ter insistido no funcionalismo a uma reunião necessário o que era importante para o contato os habilitadores do TCE. Talvez, pudesse sentir que todos haviam compreendido a falta que cometera naquele momento. Disse que não falava em corrupção econômica, porque alguns que sempre haviam bradado do contrário, não cobrir pessoalmente, e que fundamentalmente o passado se repetira naquela falta na Câmara Municipal. Continuando, disse o Síndico Alfredo Barilo que era o retorno de um passado que tentava respaldar atos arbitrários do Governo Municipal, que sequer conversava com seus funcionários, e não honrava os compromissos assumidos no campo político, e mais, que existiam documentos assinados com tais compromissos e que também não eram honrados. E sequer, ausente o Secretário Municipal de Educação do Município de falar com a dignidade ao habilitador de ensino, tentando empurrar pela "porta abaixo" a obrigação daquele que fora contratado para dar o seu tempo de dias e suas horas, a dar vinte horas. Disse que o Exato fizera a mesma coisa, e usava o mesmo Governo, era a mesma política, que fizera tal indignidade com os Professores e quem não quizesse se retirar tinha que enfrentar frente a três quilômetros de ônibus para lecionar. Disse que outro ato arbitrário do Infute era quando não respondia aos funcionários de apoio, com relação a questão das suas horas, afirmando ainda, que o Infute ao menos para gíbil. Disse adiante, que o Prefeito reconhecia que fora na luta, perdendo salários que havia sido conquistada a jornada de suas horas. Disse a seguir, que havia virado o processo para eleição de Diretores de Escolas que haviam sido três anos com Reuniões, e agora o Prefeito se aterrorava em fazer as modificações que entendia serem necessárias sem que a comunidade escolar fosse ouvida, o que era absurdo. E a seguir, disse que o Governo por Bonifácio estava contratando estagiários para lecionarem, pagando o salário mínimo, já que só haviam ocorrido nos Governos de Aquino de Sarmiento, obrigando os trabalhadores a exercerem a profissão pelo mínimo. Quanto a afirmação de que o Infute estava seguindo programa de Saúde, disse que o PDT não tinha programa há muito tempo, a Saúde estava em greve, a política estava em crise, a Educação ia também parar, os Bombeiros estavam recalcados, e assim indagava pelo programa, indagava pelo água, e não tinhamos providências porque noutra e quatro ainda não havia exigido. Disse que falava em nome de uma classe retirada, que após tantos anos de trabalho, recebia salário que cobria

mas de este rol, referendo encuzas, que estava abaixo do mínimo em setembro, e que o responsável era o Senhor Manoel de Novaruz, e, durante o período do protesto encuzas sua fala. Não havendo mais a dizer para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encuzas a presente Sessão em nome de Deus. E para rematar, mandou que se lousasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação financeira, aprovada, virá assinada para que produza os seus efeitos legais.

Ata da Câmara Municipal Distrital
na do Segundo Grupo Regista-
rio da Câmara Municipal de Pa-
bo Fino, realizada no dia 31 de
agosto de 1993

Nas diversas horas do dia 31 de agosto do ano de 1993, no
a Sessão da Câmara Municipal do Grupo Regista-rio, e com a presença de
do Sumário Distrital pelo Senhor Diretor da Silva, reuniu-se a Câmara
nominada a Câmara Municipal de Pabo Fino. Além disso, responderam a
chamado regimental os seguintes Vereadores: Bayr Silva da Rocha, Luiz Br-
no de Figueiredo, Eládio Luiz da Rocha Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Jün-
dade, Antônio Carlos Figueiredo da Cunha, Carlos Roberto de Queiroz dos Santos, Edgar
do Amaro Neto, José Oscar Silva, Joaquim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Neto
e Omar Sampaio da Silva. Mandou, também, o Senhor Presidente de-
clarar aberta a Sessão em nome de Deus. E, assim, foi lida a Ata da
última Sessão Distrital do Segundo Grupo Regista-rio. Em questão de Ordem, o
Vereador Carlos Roberto de Queiroz dos Santos, solicitou ao Senhor Presidente a
leitura da Ata da Sessão Distrital do Segundo Grupo Regista-rio, reali-
zada no dia 24 de agosto do ano em curso, a ser lida na última
Sessão Presencial no quinto mês passada. Atendendo a Solicitação de Ordem do
Vereador Carlos Roberto de Queiroz dos Santos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor
Sumário Distrital a leitura da Ata da Sessão Distrital do 2º Grupo Regi-
stário, do município de Pabo Fino, e o Senhor Presidente encerrou a